

A cidade do cartão-postal: os memorialistas de Campinas e suas leituras da cidade (1930-1974)

FLÁVIO CARNIELLI

Historiador e mestre em História pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) - Unicamp

RESUMO

A proposta deste trabalho é fazer uma releitura dos memorialistas de Campinas, para evitar que se percam a dimensão e a importância de suas obras na constituição de algumas das muitas histórias possíveis da cidade. Para isso, é preciso compreender as trajetórias dessas figuras enquanto indivíduos contemporâneos que tiveram vida longa e influência inegável como sujeitos políticos na construção e difusão de uma determinada memória da cidade, de um certo passado, não somente a “serviço do poder”, mas também ao sabor de suas próprias experiências enquanto “seres urbanos” e de suas percepções sobre a cidade; uma cidade do século XX, em constante mudança, moderna.

Palavras-chave: Cidades. Memória. Memorialismo

ABSTRACT

The purpose of this research is to offer a new reading of the memorialists of Campinas, to avoid the loss of the dimension and importance of their work in the constitution of some of the many possible histories of the city. Therefore, it is necessary to understand the trajectories of those characters as contemporary individuals who had long lives and undeniable influence as political subjects in the construction and diffusion of a particular memory of the city, of a certain past, not only “at the service of power”, but also at will of their own experiences as “urban beings” and of their perceptions about the city; a city of the 20th century, in constant change, modern.

Key words: Cities. Memory. Memorialism

“Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor - mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que sabemos, tudo o que somos.”

Marshall Bermann - *Tudo o que sólido se desmancha no ar* (p.13)

“Talvez seja por que os olhos vejam você transformando-se pouco a pouco e notem a ausência de velhas coisas que pertenciam à história do seu passado. Talvez seja por que o coração sinta também a falta dessas mesmas velhas coisas que estavam sentimentalmente vinculadas ao romance da própria vida que a gente começou a viver e a sentir...”

“Campinas que fica na saudade...” *Revista Palmeiras*, 08/1945.

O MEMORIALISMO URBANO DO SÉCULO XX

Quando se fala sobre o memorialismo, especialmente durante o século XX, normalmente engloba-se uma série de trabalhos que abordam a temática da história e da memória fora do ambiente acadêmico e realizado por pessoas que não frequentaram uma faculdade “especializada” no assunto.

Como qualquer outro campo de estudo, o memorialismo tem uma trajetória própria. No entanto, como uma definição normalmente aplicada por estudos posteriores - e raramente pelo próprio autor -, esta trajetória é ainda um tanto discutível. Alguns acreditam que começou na França medieval com os cronistas Jean de Joinville e Jean Frossart nos séculos XIII e XIV, (BREFE, 1993: 6) outros acreditam que se iniciou também na França, mas com Guizot no início do século XIX. (RODRIGUES, 1988: 15-20)

No Brasil, segundo Ernâni Silva Bruno e José Honório Rodrigues, o memorialismo surgiu no final do século XIX, mas ganhou força apenas a partir das primeiras décadas do século XX, quando um número razoável de publicações do gênero começou a circular. Entre os principais “pre-

cursores” do gênero, encontram-se o Visconde de Taunay, Joaquim Nabuco e posteriormente Gilberto Amado, Pedro Nava e Afonso Arinos de Mello Franco.

Vale ressaltar, mais uma vez, que a definição do que é o gênero memorialista é ao mesmo tempo ampla e vaga. A *Enciclopédia Mirador*, por exemplo, classifica-o como “caracterizado pelo registro de fatos e acontecimentos que, organizados em uma ordem cronológica não muito rígida, estruturam como que uma história sobre o assunto do conhecimento pessoal do autor ou que guarde relação com suas fontes particulares de informação”. (BREFE, 1993: 5)

Outra definição, esta um tanto drástica, é oferecida pela *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, segundo o verbete, o memorialismo é:

A posição de espírito de quem se deleita preferentemente em recordar e entesourar lembranças. É uma espécie de hipermnésia, que desistiu de adquirir mas se contenta em guardar e evocar (...) o memorialista tem olhos no occiput, só vê seu caminho depois de percorrido, mas desenhado como recordação; vive na irrealidade, como um místico (...) para esse mal propugna a atitude de espírito contrária: o voluntarismo.

A definição apresentada acima provavelmente não faz total referência ao que neste trabalho é apontado como memorialismo, porém, é bastante esclarecedora no que concerne a forma como o memorialismo aqui estudado é tratado pela historiografia local e pela academia: a exemplo do movimento folclorista pesquisado por Luis Rodolfo Vilhena, é considerado um ramo menor do saber, confundido muitas vezes com o mero colecionismo de fatos, datas e curiosidades históricas, tal como o antiquariato. (VILHENA, 1997: 22)

Portanto, um dos objetivos deste trabalho é evitar que se percam a dimensão e a importância de suas obras na constituição de algumas das muitas histórias possíveis da cidade. É preciso também tentar compreender como se forma esse campo durante o século XX e quais são os objetivos de seus trabalhos – como e por que aparecem esses trabalhos e

quais são as leituras que eles traçam da cidade, leitura essa que, como já dito, vincula memória e história na construção de símbolos (talvez lugares da memória) e histórias locais.

Como diz Pierre Nora, “a obrigação em lembrar faz de cada homem o historiador de si”; uma vez que a memória espontânea não mais existe, cabe à história enquanto operação intelectual construir marcos e eleger símbolos que tornem o passado mais próximo, palpável. Essa “obrigação de lembrar” e de produzir histórias é portanto uma necessidade social e também individual e, no caso dos textos produzidos pelos autores enfocados, estas duas unem-se de maneira única. (NORA, 1996)

No entanto, nos escritos analisados, como o uso da memória pessoal de cada autor é constante, faz-se muito necessário pensar na vivência de cada um deles na cidade, já que, como diz Catroga, o historiador formula seus questionamentos a partir de sua própria experiência, “de suas retrospectivas e esperanças” e de suas próprias memórias sociais, coletivas e históricas, o que revela não somente as preocupações do presente, mas também o já vivido e os sentimentos acerca da cidade. (CATROGA, 2001) O passado da cidade mistura-se com a evocação do próprio autor, compondo uma relação “quente”, viva, com o pretérito, em que figuravam tanto a saudade quanto a apologia ao progresso.

O que está em pauta nesse estudo são trabalhos escritos durante o século XX e que vinculam as trajetórias dos autores em um cenário principal: a cidade; são trabalhos que, publicados em diversos formatos (imagens, textos e palestras) e meios (jornais, revistas, álbuns, monografias, folhetos e livros), têm uma profunda conotação visual e misturam o rigor da pesquisa em arquivos (herança positivista) às memórias e experiências de quem as compôs. Assim, serão enfocados três memorialistas de Campinas: Júlio Mariano, José de Castro Mendes e Benedito Barbosa Pupo, todos nascidos no início do século, ligados ao jornalismo e à intelectualidade local.

Claro que cada cidade tem a sua especificidade e suscita interpretações diferentes. Também podemos pensar que cada um desses memorialistas é dono de especificidades diretamente vinculadas às trajetórias individuais ligadas à cidade descritas por cada um, mas, da mesma forma, deve-se procurar

a semelhança que os escritos pertencentes a esse mesmo campo têm.

A CIDADE QUE NÃO MAIS EXISTE: CAMPINAS, AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS E A “FEBRE DE NOSTALGIA”

Entre as décadas de 1930 e 1970, Campinas atravessou um período de profundas mudanças estruturais nos bairros centrais e muitos dos marcos arquitetônicos que definiam a região (e, por que não, a cidade) são colocados abaixo, transformação esta que a bibliografia classifica como “passagem” ou “ruptura”: da cidade de taipa para a cidade de concreto, da cidade rural e comercial para a cidade industrial etc.

O urbanismo, a palavra-chave, era o que faltava segundo alguns e finalmente, quando a “cidade princesa” o conheceu, grandes alterações foram feitas: largas avenidas abertas, novos bairros foram surgindo, novas tecnologias implantadas, maior fluxo, mais iluminação... a cidade “trepitava”.

No entanto, mais do que uma mudança física, a cidade atravessou um grande processo de transformações socioeconômicas com a chegada de migrantes de outras regiões do país, tendo que ser reconfigurada espacial e, portanto, fisicamente. De uma simples “aldeia”, transformou-se, aos olhos de quem a contemplava, em uma verdadeira “metrópole”. Uma cidade que poderia ser a capital do Estado!

Essas transformações geraram uma percepção de “mudança dos tempos”: a cidade, alvo do afamado/maldito progresso, adquire, aos olhos e ao sabor de quem a contemplava e a vivia, cada vez mais ares de “metrópole”, em oposição à cidade provinciana. Na literatura sobre a história urbana, esse tipo de mudança é sempre ressaltado e dá ensejo, a partir dessa ruptura, para alguns tipos de leitura do passado.

“Campinas fura o céu”. A chamada do jornal *City News*, em 1967, mostra o Edifício Santana, um dos primeiros “arranha-céus” da cidade, construído em 1936 e que se encontrava em estado de abandono. A legenda da foto é uma espécie de propaganda referente ao progresso urbano. Segundo o jornal, o prédio é um dos marcos das mudanças ur-

banas, mas que àquela época já havia sido substituído por inúmeros outros “marcos arquitetônicos”. Sendo assim, o Santana encontrava-se hoje “perdido em meio à floresta de cimento armado”, o que, segundo a chamada, seria apenas uma consequência da “ordem natural das coisas”.

Surge então na cidade uma espécie de “febre de nostalgia” e preservação do passado. (LOWENTHAL, 1985) A partir deste momento, começa a se ter maior interesse em Campinas, em monumentalizar marcos remanescentes e preservar na memória, “a cidade que não mais existe”. O crescimento dessa febre acompanha o crescimento urbano e todas as suas transformações.

As revistas e jornais passam quase que obrigatoriamente a ter em seus quadros cronistas que falam sobre a história de Campinas; são encomendados álbuns de fotografias, elaboradas monografias históricas da cidade, o culto à memória dos campineiros “importantes”, em especial Carlos Gomes, é intensificado e começam a surgir inúmeras outras comemorações. Tudo no sentido de preservar e celebrar, tanto o passado como o presente.

A história é utilizada como validação. O pertencer à cidade ganha uma enorme importância. Fixar suas raízes em um espaço onde cada vez mais “tudo se desmancha no ar” torna-se imprescindível; em tempos de “profundas mudanças”, é preciso tentar entender a cidade e também entender a si mesmo dentro dela.

Curioso nesse sentido é que até mesmo os anúncios comerciais passam a utilizar a história como forma de validação e propaganda. Em 1952, a Galeria Paulista de Modas, ao completar 65 anos de serviços, publica o seguinte anúncio no *Correio Popular*:

(...) abriu-se a loja nos tempos do Império. Assistiu ela, assim, ao evento da República. Passou pelas fazes de guerras, revoluções, crises. Atravessou tempos bons e tempos maus. resistiu e veio até nossos dias, consolidando-se no conceito geral (...) e é hoje a tradição viva e honrosa do nosso comércio (...)

Há, desta forma, cada vez mais espaço para historiadores, cultuadores do passado, cronistas, enfim, quem estivesse interessado em vasculhar os desorganizados arquivos da cidade e também sua própria memória em busca de um passado que fosse ao mesmo tempo exemplar e único, *próprio da cidade*, que a celebrasse praticamente como uma nação ou como mola propulsora da nação brasileira e que, acima de tudo, legasse à posteridade aquilo que Campinas tinha sido e o que vinha se tornando.

É nesse momento que Júlio Mariano, José de Castro Mendes e, um pouco depois, Benedito Barbosa Pupo consolidam-se como estudiosos da história da cidade. Seus trabalhos intensificam-se nesse período, gerando, na década de 1970, uma enxurrada de publicações nos mais diversos meios de comunicação (jornais, rádios e livros) e nos mais diversos formatos – textual, oral, iconográfico e museológico – culminando em uma superexposição e em diversas leituras do passado urbano.

A CIDADE DO CARTÃO POSTAL: OS MEMORIALISTAS DE CAMPINAS E SUAS LEITURAS DA CIDADE

Em artigo publicado no jornal *Correio Popular* em 1952, José de Castro Mendes relata seu encontro com Cintra, um amigo de infância que estava longe da cidade havia quase trinta anos. Encontram-se na rua Barão de Jaguara, antes centro comercial, agora uma das principais artérias da “cidade trepidante”, que ganhou:

(...) aparência metropolitana, com seus arranha-céus magestosos (sic), lojas modernas e vistosas e um tráfego incessante de veículos e pedestres.

Ao conversar com o amigo a respeito da rua e da cidade, Castro Mendes percebe que:

uma certa tristeza acompanhava suas palavras de elogio e admiração ao progresso observado, porque agora se encontrava de novo na terra natal, porém como um estranho, desconhecendo tudo na paisagem renovada da urbs outrora calma, simples e quasi provinciana.

Sentimentos ambíguos tomam conta de Cintra: tristeza x admiração, que expressam o apego à tradição local e a apologia ao progresso ao mesmo tempo. O comportamento de Cintra expressa na verdade um posicionamento do próprio memorialista frente à cidade.

O passado é relembrado com nostalgia. Ligado à vivência do memorialista na cidade, o tempo que passou desperta, especialmente nos escritos que envolvem um passado vivido pelo autor, o sentimento de pertença característico às evocações memorialistas.

No entanto, ao mesmo tempo, percebe-se no discurso que o “destino” da cidade era ser grande. A reconstrução do passado, nos trabalhos memorialistas, obedece a uma noção de previsão ao contrário, típica de uma “biografia de cidade”, (LOFEGO, 2001: 15) talvez algo que Benjamin chame de “tempo messiânico”, uma teleologia herdada do positivismo. Campinas nasceu com o futuro pronto e, ainda que o cronista não se enquadre nesse tempo, cabe a ele, como bom campineiro, celebrar a “conquista ascensional da grandeza que lhe foi destinada”.

Nesse sentido, a passagem de Ítalo Calvino nos ajuda a pensar em como os memorialistas vivenciaram as transformações urbanas e leram a cidade:

Em Maurília, o viajante é convidado a visitar a cidade ao mesmo tempo em que observa uns velhos cartões-postais ilustrados que mostram como esta havia sido: a praça idêntica mas com uma galinha no lugar da estação de ônibus, o coreto no lugar do viaduto, duas moças com sombrinhas brancas no lugar da fábrica de explosivos. Para não decepcionar os habitantes, é necessário que o viajante louve a cidade dos cartões-postais e prefira-a a atual, tomando cuidado, porém, em conter seu pesar em relação às mudanças nos limites de regras bem precisas: reconhecendo que a magnificência da Maurília metrópole, se comparada com a velha Maurília provinciana, não restituem uma certa graça perdida, a qual, todavia, só agora pode ser apreciada através dos velhos cartões-postais, enquanto antes, em presença de Maurília provinciana, não se via absolutamente

nada de gracioso, e ver-se-ia ainda menos hoje em dia, se Maurília tivesse permanecido como antes, e que, de qualquer modo, a metrópole tem este atrativo adicional - que mediante o que se tornou pode-se recordar com saudades daquilo que foi. (CALVINO, 2003: 32-33)

A comunhão entre o jornalista e o memorialista é o ponto inicial para a compreensão de suas leituras da cidade, onde supostamente, mistura-se o homem do *hoje* com o de *ontem*. A necessidade de lembrar a “cidade que não mais existe” é premente, assim como também, em contraposição, a de celebrar aquilo que a cidade se torna.

Mais uma vez, pode-se retomar o anúncio da *Galeria Paulista*. A princípio, uma propaganda pode parecer sem sentido, mas, nesse caso, é emblemática ao mostrar o alcance de uma forma de relacionamento com a cidade. Sob o título “aceitou a renovação e o modernismo”, o texto diz que:

(...) embora constituindo uma tradição dentro da vida da cidade jamais deixou de aceitar o influxo renovador e moderno que atuou, que no campo dos costumes, quer no da nossa vida social...

Apresenta-se uma relação dual: o que vem do passado é sempre bom, e muitas vezes pode se confundir com a “aurora”, com o amanhecer da vida, com a juventude do próprio autor (esse tipo de construção é corrente no discurso e não um mero psicologismo), já o presente e o futuro são apontados como tempos de progresso.

Na relação do jornalista com o homem de história, reside esta tumultuada ambigüidade, que mistura a saudade com a crença no futuro próspero que constata o irrefreável desenvolvimento da cidade. O convívio de duas abordagens diferentes - progresso x tradição - é presença constante nos escritos.

De acordo com Sandra Pesavento, “o progresso - e com ele a transformação urbana - é entendido como inexorável, ao passo que o conceito de tradição se relaciona com um alerta à consciência nacional para a preservação dos monumentos do passado, da memória e do patrimônio

cultural da cidade”. (PESAVENTO, 1999: 181) Como diz a autora, essas duas concepções não precisam ser necessariamente excludentes, mas, ao contrário, podem aparecer “de forma combinada, no binômio conservação-mudança”. (Idem, 1999: 181)

Vivendo o dilema do homem moderno, como lembra Bermann, pelas colunas dos jornais e pelas ondas do rádio, passando por um período de demolições e mudanças radicais no desenho urbano, a celebração x negação do progresso é também uma constante e de um dia para o outro se passava da crítica à derrubada dos marcos arquitetônicos à apologia às modificações realizadas.

Nesse sentido, o chamado “bairrismo” aponta também alguns caminhos para o melhor entendimento das ambigüidades dessas leituras da cidade. No caso campineiro, mais do que uma versão regional do patriotismo, o bairrismo é um estilo de se escrever a história da cidade. Herança do cronista e também jornalista Leopoldo Amaral, organizador de almanaques históricos e autor da coletânea de artigos “Campinas Recordações”, o “bairrismo campineiro” estabelece, a priori, certas regras àqueles que desejam se aventurar a escrever sobre a cidade, que misturam uma dose de ufanismo local com a necessidade constante de expressar os laços e o carinho para com a “amada terra”.

O colocar-se como alguém extremamente ligado à cidade, oferece aos trabalhos dos memorialistas maior validação e verossimilhança, afinal, mostra que as produções foram executadas por alguém que *realmente* conhece a cidade. Por isso, para reforçar essa ligação identitária (mas não somente nesse sentido), muitas vezes os textos lançam mão das recordações pessoais dos autores. (BRESCIANI, 1993)

Para além de qualquer outra coisa, trata-se de propagandear a cidade, orgulhar-se de seu presente e de seu passado, que são interdependentes, especialmente comandados pela via de mão única do progresso. Relembrar grandes marcos históricos, prédios, pessoas e as pequenas coisas do cotidiano ajuda a provar o progresso, que tem seus benefícios e seus problemas.

Nestes textos, percebe-se que a Campinas do passado, aquela anterior às mudanças urbanas, que tem como marco bem definido a década de

1930, é sempre descrita como uma cidade bucólica do século XIX (“uma majestosa Catedral cercada de casas por todos os lados” como define Pupo) e de certa forma, a cidade do século XIX sempre lembra a cidade colonial, lúdica e pequena, marcando o contraste total com a cidade do século XX, palpitante e grande.

Claro, sabe-se muito bem: o que são vinte e cinco anos na história? Talvez não muita coisa, mas na sensibilidade urbana, especialmente no século XX, vinte e cinco anos foram suficientes para que Julio Mariano captasse algumas das profundas transformações por que Campinas passou, especialmente no período que vai de sua própria juventude, nas primeiras décadas do século, até 1945, como mostra na palestra proferida ao Rotary Clube nesse mesmo ano:

(...) experimente alguém puxar pelo fio da memória e recordar tipos e aspectos de um quarteirão só, dessa rua - o que vai, por exemplo, da rua Barão à rua Dr. Quirino - e verá, por certo, tudo em diferente. Mudança completa nos homens, nos costumes, mudança nos negócios e nos prédios. Uma criatura imaginando que perambula por esse pedaço de rua, lá pelos anos distantes de 1910 a 1915 - quando no hoje prédio “Drogasil” o que havia era a casa Genoud, ainda uma casa baixa, de muitas portas e beirais agasalhadores de chuva (...) do outro lado, ao invés do Palacete Sant’Ana, o que havia era um negócio de ourives, em prédio chão e velho (...)

Este é o tempo em que Campinas ainda apresentava “o casario baixo e esparramado, com suas muitas janelas e compridos quintais cercados de taipa”, ou “aqueles traços provincianos e coloniais”. Conforme relata Castro Mendes:

Até o primeiro decênio deste século, Campinas apresentava-se com aquele aspecto característico dos velhos tempos, marcadas pelos traços provincianos e coloniais, que nortearam os moldes de sua

formação (...) ruas estreitas e mal calçadas, becos com pouco mais de dois metros de largura, quintais imensos cercados pelos rústicos muros de taipa e o casario baixo, de beiral, onde imperava o pau-a-pique, cuja altura uniforme era quebrada de longe em longe, pelo vulto dos sobradões brazonados.

O distante passado também tem seu “charme” carregado de romantismo, elemento importante na construção daquilo que a cidade era, como lembrado por Júlio Mariano na crônica “Campinas de há 50 anos”, ao descrever Campinas no ano de 1927:

No todo, o que se descortinava à distância, da Campinas da época, era uma visão de cromo, deliciosamente romântica (...) e completando o romântico desse quadro-cromo, nas tardes campineiras o dourado-e-violeta do crepúsculo era pontado com as muitas centenas, ou muitos milhares, de andorinhas em revoada!

Colocação semelhante é traduzida em imagem por José de Castro Mendes no álbum *Retratos da Velha Campinas*. Reproduzindo em aquarelas fotos da cidade “antiga”, o autor a mostra sempre com ares provincianos, compondo um ambiente quase bucólico, como, por exemplo, na figura abaixo:

“VISTA PARCIAL DA CIDADE DE CAMPINAS”.

Os tempos atuais são tempos de “agito”, o passado é tempo de quietude, o que não significa ser pior. Muito pelo contrário – o que vem do passado é parte fundamental, sem a qual o presente não existiria, ao menos o presente vivenciado pelos memorialistas.

Já Barbosa Pupo, reúne, especialmente em seu livro *Oito Bananas por um Tostão* (um trabalho composto essencialmente de memórias pessoais), lembranças de locais, episódios e aspectos curiosos do seu passado, no tempo em que se comprava oito bananas por apenas um

tostão - quando os vendedores de rua e a venda por amostras na casa do cliente mostravam a praticidade, ao mesmo tempo simples e engenhosa, do comércio local, quando a rede (a popular “carrocinha”) era um grande “espetáculo urbano” onde todos torciam pela vítima, o cachorro.

Os tempos simples que, segundo o memorialista, ainda ressoam em seus ouvidos:

(...) ao evocar episódios de minha infância, as músicas, os pregões que enchiam o ar de sons e de ruídos. Eram os guisos das carrocinhas dos padeiros, o matraquear do mascate e a escala sonora do amolador de facas e tesouras tocando a sua flauta de Pã, o grito de araponga produzido pelo folheiro, percutindo a sua frigideira e o ‘berro’ do tripeiro ao assoprar sua corneta feita de chifre de boi...

Apesar de toda a saudade dos tempos passados (o tempo da juventude dos autores e, como diz Barbosa Pupo, “o passado é sempre melhor ou se afigura melhor do que o presente”), o presente, como foi dito, precisa ser celebrado de uma forma ou de outra, afinal, a cidade tem seu rumo traçado e só se pode lembrar daquilo que foi por causa daquilo que ela é. Dos três memorialistas enfocados na pesquisa, Castro Mendes e Julio Mariano são os mais relutantes em aceitar as mudanças, mas, como bons bairristas, não podem negar-se a admitir que a apenas presenciavam a “ordem natural” das coisas e rechaçá-la seria correr o risco de, num arroubo quase antipatriótico, negar a vocação primeira da cidade, que é desenvolver-se e atingir o máximo do progresso que uma “metrópole” de seu tempo deve alcançar.

José de Castro Mendes anuncia em sua primeira coluna da série “Retratos da Velha Campinas” que um dos objetivos da série é entender que:

Para frente é a ordem que leva a humanidade ao encontro de seus desejos (...) um dia após o outro em perpétua evolução, mas o passado, esse fica dentro de nós como o bálsamo da velhice.

Recordar é viver, e estas despreziosas mas es-

pontâneas crônicas traduzem (...) uma caminhada afetuosa pelos anos de minha juventude lembrando coisas de Campinas, minha bem amada terra natal”.

Ou seja, ainda que essas transformações desconfigurassem a cidade que eles conheciam, as críticas eram normalmente apenas pontuais e não uma constante, pois além disso, revelavam uma “caminhada afetuosa” ao longo dos anos. Por mais que houvesse uma percepção negativa da mudança dos tempos, os três autores tinham um compromisso com a cidade presente. Como jornalistas e como pessoas públicas, chegaram a participar de algumas comissões para o incentivo do turismo em Campinas.

Assim cabe a eles também falar dessa cidade presente, ainda que muitas vezes se referindo ao passado. Nesse sentido, são monumentalizados alguns pontos da cidade. Essa monumentalização é também chamada por muitos de “eleição” ou até mesmo de “invenção” dos marcos urbanos (BREFE: 1993 e GLEZZER: 1993). Os chamados “lugares de memória” aparecem como uma forma de dar suporte à memória coletiva da cidade, de construir identidades e ao mesmo tempo indicar o caminho traçado pelo progresso.

Seus escritos ajudaram, de certa forma, a selecionar o que deveria ser preservado, com a busca e compilação de documentos (como os da Câmara Municipal de Campinas e do Centro de Ciências, Letras e Artes), a organização de acervos museológicos e até mesmo com a voz ativa destas figuras, com textos diversos sobre a construção e “trajetórias” de bens arquitetônicos e, em menor escala, com a organização do patrimônio institucionalizado na cidade.

Alguns pontos da cidade foram constantemente lembrados e um por um rotulados. São traçadas memórias de alguns locais, trajetórias de casas comerciais, prédios, igrejas, largos, praças e ruas, que de certa forma também contam a história da cidade: os avanços tecnológicos, a modernidade e o progresso da cidade.

Como exemplo, o Largo do Rosário, praça da região central da cidade, é fixado como o “coração da cidade”. É lembrada sua trajetória

ao longo de mais de sessenta anos de existência, as mutilações sofridas e por fim sua permanência, apesar da ameaça constante das “picaretas do progresso”:

Sessenta e três anos depois, quanta diferença, quanta trepidação e dinamismo tomou conta do local. A cidade cresceu, agigantou-se espalhando-se por todos os lados. Caíram as velhas paredes de taipa, cedendo lugar aos gigantes de cimento armado (...) hoje, à volta do largo, sob os alecrins uniformes, estacionam os grandes automóveis de luxo. Tudo se transformou. Mas o nome tradicional ainda não se perdeu. Para a gente de ontem, ou de hoje, ainda existe aquele quadrado senhor de muitas histórias, evocando a cidade antiga ou revelando a moderna Campinas: Largo do Rosário, coração da cidade!

Outros lugares também foram monumentalizados pelas máquinas de escrever dos memorialistas: a rua Barão de Jaguará, como o centro comercial da cidade, a Matriz Nova (atual catedral metropolitana), como uma das mais imponentes construções em taipa do Brasil a praça, o Jardim Carlos Gomes, como ponto principal do “embelezamento urbano” após as epidemias de febre amarela, a capela de Santa Cruz, como um dos pontos mais antigos da cidade, “testemunha” dos primórdios da cidade e muitos outros que podem evocar a cidade antiga e ao mesmo tempo revelar a cidade moderna.

Lugares emblemáticos que não existiam mais ao tempo em que os memorialistas escreviam também são rememorados. Nestes casos, o objetivo é ressaltar algum aspecto da cidade que se perdeu no tempo (como as antigas livrarias, os cafês e as casas de diversão que originaram uma série de hábitos e movimentações na cidade) ou um fato do qual a cidade deve se vangloriar (as casas de show lotadas, os primeiros cinemas, o primeiro local a ter telefone, a instalação da iluminação elétrica), pois apresentariam assim as inúmeras “vocações” de Campinas, em especial relacionadas a fatores resultantes da modernidade.

Ajudaram também, a organizar comemorações, fixar datas, criar

coleções, definir marcos e criar estereótipos urbanos (FORTUNA: 2000) que perduram até hoje na vida e nos estudos da cidade. Como lembra Willi Bolle, “preservar pressupõe um projeto de construção do presente” e não há porque não acreditar que os memorialistas desempenhavam seus papéis nesse sentido. (BOLLE, 1984:13)

Personagens ligados à cidade como Francisco Glicério, Campos Sales, Mário Monteiro e inúmeros outros foram imortalizados e estudados. No entanto, nenhum deles chega a rivalizar com aquele que é considerado pelos memorialistas o maior representante e símbolo de Campinas: o maestro Carlos Gomes.

O compositor de “O Guarani”, “Joana de Flandres”, “A Noite do Castelo” e muitas outras óperas transformou-se em emblema da cidade, em grande parte, pela exaustiva dedicação que os memorialistas, Pupo e Castro Mendes, lhe dedicaram pois foram inúmeros anos voltados ao estudo de sua vida e de suas composições; Mariano também o fez, no entanto em menor número de páginas (o que não significam poucas).

Foi principalmente através de Carlos Gomes, que se criou um grande “estereótipo urbano”, que por muitos anos tentou se propagar, legando a Campinas a emblemática qualidade de “terra das artes”. O fato de o maestro ter nascido na cidade por si só já permitia tal alcunha à cidade.

Vários outros estereótipos foram criados e tiveram sua propagação desejada, desde o “centro hospitalar”, a que se refere Mariano na *Monografia de Campinas de 1952*, até o grande “pólo educacional” mencionado por Castro Mendes quando recordava sua passagem pelo colégio “Francisco Glicério” com seus grandes mestres do ensino durante as primeiras décadas do século.

No que se refere a comemorações e datas, Benedito Barbosa Pupo e Júlio Mariano envolveram-se diretamente na grande confusão acerca do aniversário da cidade. O embate foi travado a partir da criação de uma comissão pela Câmara Municipal no início da década de 70. Além de alguns membros da casa, constavam dessa comissão alguns historiadores da cidade, entre eles os já citados Pupo e Mariano e Castro Mendes (que teve pouca participação), mas também Celso Maria de Melo Pupo, Odilon Nogueira de Matos e Jolumá Brito entre outros membros da

intelectualidade local.

Em princípio, a cidade já havia comemorado seu bicentenário em 1939, com festejos e uma grande exposição. No entanto, em algum momento, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo vetou a data, sem, no entanto, apresentar outras possibilidades. Anos depois foi criada a tal comissão. De certa forma, não seria ruim para o poder público local realizar mais uma comemoração e atrair visibilidade a Campinas. Com isso, viu-se um jogo político e a união dos orgulhosos “mestres” da história local, que nunca haviam aceitado de bom grado o parecer do IHGSP. Iniciou-se o debate e após várias discussões, estabeleceu-se a votação a respeito do ano de 1774.

Todos os membros deram seu parecer favorável à fixação do ano de 1774, menos Brito. Iniciou-se uma enorme polêmica pelos jornais: Brito, solitariamente, defendia seu ponto de vista e Pupo encarregou-se de representar a maioria. A discussão inicialmente passou a ser travada no sentido de como se marcava a fundação de uma cidade: com a doação de uma sesmaria? Com a ereção de uma capela? Com a chegada do primeiro habitante?

Ao final, saiu “vencedora” a ala de Barbosa Pupo, que afirmava que a cidade teria sido fundada pela nomeação dada por Luiz Antônio de Souza Botelho e Mourão (o Morgado de Mateus) a Francisco Barreto Leme. O Morgado seria, assim, o “fundador intelectual” de Campinas.

Houve realmente uma comemoração em 1974 e, ainda que não tenham sido realizadas as comemorações que os nossos memorialistas esperavam (os festejos foram um tanto sem brilho), esse episódio é significativo da força definidora dessas figuras, inclusive como homens públicos, no sentido de legitimação e um certo “controle” do passado e do presente locais. Vê-se isso pelo título das comemorações sugerido por Barbosa Pupo: “Campinas: ontem, hoje e amanhã”.

Outras comemorações tiveram o apoio dos memorialistas, algumas vingaram como a “Semana Carlos Gomes”, instituída no início da década de 1950. Outras, como a organização de um carnaval “forte” para a cidade proposto por Mariano também na mesma época, nem tanto.

É importante então compreender que a relação de Mariano, Pupo e

Mendes com Campinas ultrapassa as fronteiras da história. Como jornalistas, eles *também foram*, da sua maneira, historiadores, cronistas e memorialistas urbanos e, como sujeitos urbanos, foi-lhes entregue o poder de definir e redefinir o passado da cidade. O campo do memorialismo urbano durante o século XX tem, em maior ou menor medida, essa conotação: na esfera regional, não se pode negar a força desses produtores de histórias e memórias.

Todos eles foram pessoas que viveram pela cidade. Seus escritos são permeados de uma profunda ligação com ela, resultando em uma produção acelerada de passados, com múltiplos significados, presos em uma rede muito mais complexa que uma simples construção “a serviço do poder”, e assim carregam entre si semelhanças e diferenças.

De certa forma, é construída por eles a noção da cidade como “cartão-postal”, ressaltando o que era admirado nessa cidade, o que deveria ser guardado na memória ou preservado e fixado à posteridade. Normalmente, isso não ocorre somente com construções, edifícios (como diz Ecléa Bosi, “as lembranças se apóiam nas pedras da cidade”), mas também com sentimentos, cheiros, barulhos, sensibilidades e costumes, expressos comumente como “o clima” de antigamente, que não mais se repete: o tempo dos “assustados”, dos *footings*, do terno e gravata, dos cassinos, dos antigos carnavais, dos vendedores de rua, dos *kioskes*, que se misturam com a própria vida – ou biografia – do autor, que fixa nos marcos da vida urbana que considera importantes seus próprios marcos de vida. (BOSI, 2003: pp.198-211)

BIBLIOGRAFIA

BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de história”. In: *Obras Escolhidas Vol.1. Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaios Sobre Literatura e História da Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp.222-232.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: a Aventura da Modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOLLE, Willi. “Cultura, patrimônio e preservação”. In: ARANTES, An-

- tônio A. (org) *Produzindo o Passado*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BOSI, Ecléa. *Memória da cidade: lembranças da cidade*. Estudos Avançados (on-line). 2003, www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-401420030001000012&lng=en&nrm=iso > ISSN 0103-4014.
- BORDIEUR, Pierre. "A Ilusão Biográfica". *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação*. Campinas: Papirus, 2003.
- BREFE, Ana Cláudia. "A cidade inventada: a Paulicéia construída nos relatos dos memorialistas (1870-1920)". Dissertação de Mestrado, IFCH/Unicamp, 1993.
- BRESCIANI, Stella. "Cidade: espaço e memória". In: BRESCIANI, Stella (org.). *Imagens da Cidade: Séculos XIX e XX*. São Paulo: Marco Zero/ANPUH; São Paulo/FAPESP, 1993.
- _____. e NAXARA, Márcia (org). *Memória e (res) Sentimento: Indagações Sobre uma Questão Sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Ed. Quarteto, 2001.
- CONNERTON, Paul. *How Societies Remember*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- FEATHERSTONE, Mike. "Culturas globais e culturas locais". In: FORTUNA, Carlos (org). *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaio de Sociologia*. Oeiras: Celta Editora, 1997.
- FORTUNA, Carlos e PEIXOTO, Paulo: "As novas e as velhas imagens das cidades: um olhar sobre a transformação identitária de cinco cidades portuguesas". In: *Anais do IV Congresso Português de Sociologia*. Coimbra: 2000. Disponível em <http://www.aps.pt/ivcong-actas/Acta118a.PDF>.
- GLEZZER, Raquel. "Visões de São Paulo". In: BRESCIANI, Stella (org.). *Imagens da Cidade: Séculos XIX e XX*. São Paulo: Marco Zero/ANPUH; São Paulo/FAPESP, 1993.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LOFEGO, Sílvio Luís. *Memória de uma Metrópole: São Paulo na Obra Ernâni da Silva Bruno*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2001.

LOWENTHAL, David. *The Past is a Foreign Country*. Cambridge University Press, 1985.

NORA, Pierre. "General Introduction: Between Memory and History". In: Nora, Pierre (org) *Realms of Memory: Rethinking the French Past (vol.1: conflicts and divisions)*. Columbia University Press, 1996.

PESAVENTO, Sandra. *O Imaginário da Cidade: Visões Literárias do Urbano - Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

VILHENA, Luis Rodolfo. *Projeto e Missão: o Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: FUNARTE / FGV, 1997.